



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Brasil

DeSouza, Eros; Baldwin, John R.; Rosa, Francisco Heitor da  
A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos  
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 13, núm. 3, 2000, pp. 485-496  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18813316>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos

Eros DeSouza<sup>1</sup>

John R. Baldwin

Illinois State University - EUA

Francisco Heitor da Rosa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

### **Resumo**

**Resumo**  
Esta revisão é uma tentativa de produzir uma representação holística, mas não exaustiva, dos papéis sexuais das mulheres no Brasil. Começamos traçando o papel histórico-político das mulheres do Brasil Colonial até o movimento feminista. Em seguida, examinamos três questões correntes: planejamento familiar, creches e violência contra a mulher. A seguir, examinamos os papéis sexuais das mulheres no Brasil contemporâneo, enfocando o machismo e o mariianismo. Finalmente, discutimos os avanços que as mulheres fizeram no Brasil (desde a Constituição de 1988), chamando a atenção para uma questão que tem sido grandemente ignorada: a discriminação de gênero.

Feminine Sex Roles: Social Construction

### **Abstract**

**Abstract**  
This review is an attempt to provide a holistic, but by no means exhaustive, picture of gender roles in Brazil. We begin by examining the historical-political role of women from colonial Brazil through the modern women's movement, highlighting issues: family planning, child care, and violence against women. Next, we examine the cultural concept of *matriarcalismo*. Finally, we discuss the strides women have made in Brazil in the last decade (since the Constitution of 1988), paying attention to one issue that has been largely ignored: sexual harassment.

**Keywords:** Discrimination; power; gender roles; sexual harassment

*“Quando meu marido me bateu e eu fui para a polícia, me disseram que parece haver nenhuma proteção para as mulheres, especialmente em que não podem viver sem as mulheres e ainda assim eles nos tratam como se tivéssemos que ter uma boa educação, que eles estudem para que não passem fome, passando agora. Também quero encontrar trabalho.”* (Maria dos Anjos, de classe baixa, em “Flight”, 1995, p. 46)

Um novo entendimento sobre as mudanças sociais é necessário porque as contribuições femininas e os direitos femininos têm sido um tema central nos papéis sociais, econômicos e políticos mundialmente (World's Women, 1995). Nós propomos que é preciso que se aplique este foco também no Brasil, e que essa análise seja

comunidade cada vez mais plu-  
à economia globalizada e aos  
ex., televisão por satélite, In-  
transporte mundial) que nos  
distâncias (DeSouza, 1998). E  
opressão do sexism parece m-

que somente combinando pontos de vista de diferentes disciplinas e culturas seríamos capazes de obter uma visão completa e mais exata do sexism.

Para facilitar nossa análise, este artigo é estruturado em três seções. A primeira seção fornece uma perspectiva histórico-política sobre o papel das mulheres no Brasil, incluindo três questões atuais que emergiram do movimento feminista: planejamento familiar, creches e violência contra mulheres. A segunda seção examina as normas culturais do machismo e marianismo no Brasil, enquanto fornecedora de uma visão explicativa útil, através da qual podemos analisar a história. A terceira seção discute os avanços que as mulheres obtiveram recentemente, chamando a atenção para uma questão que tem sido amplamente negligenciada na literatura existente: o assédio sexual. Finalmente, oferecemos sugestões para futuras pesquisas.

### **Um Olhar Histórico Sobre o Papel das Mulheres no Brasil**

O tema principal das relações de gênero durante a colonização é a miscigenação. A grande maioria dos colonizadores portugueses que se estabeleceram no Brasil foi de homens que tomaram a terra e as mulheres pela força. Eles mantiveram relações sexuais, primeiro com mulheres indígenas e, depois, com escravas africanas, produzindo uma elevada miscigenação (van den Berghe, 1967). A escassez de mulheres portuguesas conferiu aos homens a licenciosidade sexual (Burns, 1993), aumentada pelo fato de que os colonizadores portugueses não estavam sujeitos nem ao fervor católico dos espanhóis, nem à inibição pudica dos protestantes ingleses (Levine, 1989). Portanto, os homens portugueses mantiveram relações sexuais com mulheres africanas, que eram vistas primeiramente em dois papéis: como trabalhadoras e como objetos性uais.

Quando as mulheres brancas chegaram durante a era Colonial, elas mantiveram o arquétipo do modelo de

patriarcal que tinha excluído as mulheres e alta enfraqueceu-se: tornou-se de baixa de mulheres nas ruas e sua posição melhor de trabalho (da Costa, 1985). Pôde-se luta por direitos no campo do trabalho, da política, áreas tipicamente dominadas

Na virada do século, as mulheres ganharam ferrovias, nas atividades telegráficas enfermagem e secretariado, e na área de 1993, Hahner, 1990). De 1872 a 1900, as professoras nas escolas primárias dobraram para dois terços, pois o magistério era natural do papel das mulheres continuando o arquétipo do modelo de das mulheres nesta profissão resultou na dos educadores (Hahner, 1990).

Assembléias de mulheres levantaram questões pertinentes às mulheres como tais como licença-maternidade, horas de trabalho e condições de trabalho (Conniff & M. entanto as reformas propostas excluíram mulheres da classe operária. Porém, a 1850 proibiu que as mulheres participassem a permissão de seus maridos (Grah (1989) nota que as mulheres ocupavam econômicas proeminentes no Brasil durante a Velha; as carreiras femininas não devem além dos problemas do coração” e “seu ser) limitado ao de filha, esposa e mulher (p. 51). O folclorista brasileiro Alexandre Moraes Filho ecoava o sentimento do “Ser mãe, mulher e virgem — Este é o olhado nada mais!” (Hahner, 1990, p. 53).

As mulheres tornaram-se pioneiras na política, na força de trabalho, na educação no início do século XX (Hahner, 1990). As condições de trabalho fossem terríveis e. Por exemplo, mulheres não tinham direitos de voto, de propriedade, de herança, de

opiniões, embora elas ainda não tivessem ganho o direito ao voto. Através deste partido, as mulheres lutavam por sua emancipação, incluindo a representação no setor de prestação de serviços e no sufrágio feminino (Hahner, 1990). Logo após as mulheres terem ganho o direito de voto, no ano 1932, o Presidente Getúlio Vargas fechou o Congresso, tornou os partidos políticos ilegais e suspendeu os direitos de voto em nível nacional, “terminando com a política eleitoral e com a participação das mulheres até 1945” (Hahner, 1990, p. 174). Apesar do retorno da democracia ao Brasil depois disto, e mesmo após o golpe militar de 1964, o movimento feminista fez pouco progresso, até o início dos anos 70.

### O Movimento Feminino desde 1970

Nos anos 70, um “novo movimento feminista” emergiu no Brasil (Hahner, 1990). O *Zeitgeist* (espírito dos tempos) era propício para um grande avanço: foi na metade dos anos 70 que “as mulheres de classe média, de nível universitário, e mulheres pobres, sem educação, organizaram movimentos para que suas reivindicações políticas feministas fossem incluídas no sistema político brasileiro” (Alvarez, 1989, p. 205). No mínimo três influências parecem agir para criar esta conjuntura histórica.

Primeiro, no sentido político, a ditadura militar estava mostrando sinais de fraqueza. Começando em 1975, durante a presidência de Ernesto Geisel, começou a abertura, permitindo mais liberdade ao movimento político, com as feministas dando seu apoio à oposição (Alvarez, 1989). As forças políticas estrangeiras também tiveram um impacto positivo sobre o movimento das mulheres, enquanto que as Nações Unidas, em um esforço para acabar com a desigualdade entre os sexos, apoiou o Dia Internacional da Mulher. Geisel permitiu que as mulheres realizassem encontros, demonstrações e conferências para comemorar este dia. Alvarez (1989) assinala esta ocasião, em 1975, como sendo o nascimento do movimento feminista brasileiro. De fato,

homens e mulheres brasileiros (4.670 mil homens e 663.000 mulheres).

Atualmente, a maioria das mulheres brasileiras trabalha para ajudar a sustentar a família, com 51% da força de trabalho e 45% das mulheres casadas registrados (Rabay, 1996). Porém, é importante lembrar que havendo uma grande diferença salarial entre homens e mulheres, com uma comparação aos homens, sendas profissões bem remuneradas, como engenheiros, são mais numerosas entre mulheres e homens (Neuhouser, 1989).

Terceiro, houve uma mudança na religião. A Igreja católica, tendo estado por séculos, tomou uma nova postura, voltando-se às pessoas pobres dos anos 70, voltando-se às pessoas pobres (Alvarez, 1989). A Teologia da Libertação, que se voltava aos oprimidos. Ou seja, os trabalhadores e os pobres começaram a ser tratados com maior respeito e dignidade. Eles se dirigissem à elite e aos ricos, mas também formaram grupos comunitários que atendiam às necessidades eclesiásticas de base, ou CEBs. Essas organizações dedicavam-se à ação social e à promoção da justiça. Frequentemente eram lideradas por mulheres, que forneciam força libertadora, especialmente entre as pobres. Elas assumiram papéis positivos (p. ex., mães solteiras) e lutaram contra a falta de poder que elas exerciam (Larch, 1982). Neuhouser (1989) argumenta que essas organizações concedem às mulheres uma liberdade de possessoção espiritual: “uma liberdade ‘livre’ para desobedecer seu círculo familiar”. Elas também se envolviam em conflitos com aqueles que as oprimiam. Duas religiões reformularam o conceito de Deus para dar um lugar libertador à mulher e aconselhamento.

Os fatores acima ajudaram a construir o movimento feminista brasileiro.

Ou seja, cada uma destas questões é uma reação ao posicionamento histórico da mulher na família brasileira. “A família, óbvia e abstratamente ... tornou-se o alicerce do novo regime autoritário no Brasil, funcionando freqüentemente como um baluarte do conservadorismo na América Latina” (Alvarez, 1989, p. 214).

*Planejamento familiar.* A primeira questão a ganhar grande atenção política na história recente foi o planejamento familiar. Historicamente, o Brasil tem sido um país que se opõe a qualquer tipo de controle de natalidade. Isso começou a mudar em 1978, quando o presidente Geisel sugeriu que o governo se responsabilizasse em fornecer os meios para o controle de natalidade. Algumas medidas de planejamento familiar foram instituídas, com a abertura de várias clínicas de cuidados materno-infantil, em Brasília, para distribuir pílulas anticoncepcionais para mulheres indigentes (Alvarez, 1989). Subseqüentemente, a taxa de natalidade caiu dramaticamente em Brasília. A taxa total de fertilidade reduziu-se de 5,76 em 1970 (IBGE, 1984) para 3,38 em 1989 (UNICEF, 1990). Em 1986, 71% de todas as mulheres brasileiras em idade fértil usavam algum tipo de contraceptivo; destas, 44,4% foram esterilizadas e 41% usava pílulas para controle de natalidade (Berquo, 1989).

Aconteceu uma batalha entre os grupos pró-natalista e pró-controlista sobre a distribuição de pílulas anticoncepcionais, uma batalha não simplesmente relacionada a gênero ou a escolha, mas a economia e a raça. Por exemplo, esterilização forçada ou a distribuição indiscriminada de pílulas anticoncepcionais foi mais freqüentemente direcionada às populações pobres e às não-brancas (Alvarez, 1989; Berquo, 1989). As feministas opuseram-se à separação da saúde sexual de outros aspectos da saúde feminina. As feministas contribuíram com o aumento da consciência para o debate sobre o planejamento familiar, através de sucessivos acordos do *IV Congresso Feminista Nacional* (São Paulo, Julho de 1984) e o *I Encontro Nacional sobre a Saúde da Mulher* (Itapecirica da Serra, Novembro de 1986), ambos realizados

cuidar os filhos das trabalhadoras — Alvarez (1989) descreve este esforço em que a manutenção de creches por empresas com 30 funcionários tem sido mantida pelas mães, mas não tem sido fortemente reforçado. No início dos anos 70, grupos comunitários fundos governamentais locais para creches no *I Congresso Feminino de São Paulo*, em 1979, um movimento para obter creches gratuitas para as mulheres trabalhadoras. O movimento explodiu, com dúzias de manifestos feitos ao governo estadual, com sucesso. Reinado novo prefeito de São Paulo, em 1979, de lugar central em sua plataforma prometendo construir um total de 830 disto, estas creches deveriam ser sustentadas e administradas diretamente para garantir controle e qualidade do fim, ele só construiu 141 creches e politicamente apontando previamente tais creches a serem construídas” (Alvarez,

Sob uma nova administração da prefeitura, pela crise de débito nacional de 1982 a situação passou de mal a pior. As creches receberam fundos municipais parciais e eram administradas por agências privadas, o que os grupos feministas excluía a participação da comunidade nas creches — uma exigência fundamental desde sua fundação” (Alvarez, 1989, p. 10). Partidos políticos tentaram encampar o projeto de creches. Finalmente, “tudo o que restou de base anteriormente maciço e unido em grupos de creches comunitárias” (p. 11), quando as mulheres foram necessárias para o trabalho, as creches foram criadas (Santana, 1996), mas quando apareceu a crise, custar ao sistema capitalista, foram abandonadas.

Tendo em vista o esfacelamento das creches, Alvarez (1989, 1990)

*Violência contra a mulher.* O Brasil ainda permanece uma sociedade profundamente patriarcal, onde crimes cometidos contra mulheres são comuns. Entre Janeiro de 1991 e Agosto de 1992 foram registrados 205.219 casos de violência contra a mulher no Brasil (Neto, 1996). Contudo, alguns acreditam que a maioria dos crimes contra a mulher não são sequer registrados devido à falta de punição aos agressores (Americas Watch, 1991). Especificamente, a ineficiência e inadequação geral do sistema judiciário brasileiro, formada por uma mistura de preconceito e incompetência óbvia por parte da polícia faz com que as mulheres não procurem justiça.

Esta impunidade baseia-se em três fatores, no mínimo: 1) os agressores têm sido absolvidos com base na “defesa da honra”; isto é, um homem pode ser levado a matar a companheira infiel por ela ter insultado sua honra (Brooke, 1982). Embora a defesa da honra não seja mais empregada em nível federal, Americas Watch (1991) nota que, em nível estadual, a defesa da honra ganhou aproximadamente 80% das causas. 2) Há problemas na linguagem da lei em si. Os códigos são restritivos em termos de suas definições de estupro, agressão e assim por diante (Americas Watch, 1991; Thomas & Beasley, 1993). Por exemplo, o estupro consiste somente na penetração vaginal com ameaça de violência à mulher; e, até o código mais recente, a mulher deveria ser virgem, para que o caso fosse levado adiante. Além disto, se o agressor fosse o marido, ele poderia ser visto como se estivesse simplesmente forçando “relações conjugais”, o que constituiria um “problema privado” (Thomas & Beasley, 1993). 3) A polícia não lida adequadamente com os casos que são relatados (Americas Watch, 1991).

Vários protestos fizeram que o governo federal implantasse Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), completamente atendida por mulheres e para mulheres. Estas delegacias tinham seus próprios problemas: horário de funcionamento e localizações limitados, escassez de médicos legistas para determinar abuso sexual, falta de

muitas localidades, faz com que “arquivados e esquecidos” (p.

Não deveríamos rejeitar Delegacias, do SOS Mulher reduzir a violência. Estatísticas pessoal com o Centro da Mulher mostram uma tendência de diminuição de violência contra a mulher (ex.: taxa de morte) de 1994 a 1996. No entanto, existem fatores para se estimar que, além da taxa de julgamentos, também existem milhares de mulheres a cada ano. Um deles é o surgimento de abrigos para mulheres. Também, a nova Constituição, que legalizou a defesa da honra, não somente contra a mulher, mas também contra crianças e idosos” (Verucci, 1996). Sejam feitos progressos em direção ao reforço da punição com o prazo de prisão.

## A Construção Social dos Problemas

A discussão prévia sobre a violência contra a mulher revela que as afirmações feitas sobre a violência contra a mulher com relação à defesa da honra, ao infidelidade do marido, ao estupro e ao assassinato de marido para defesa da honra pode ser causado por uma visão de mundo que é uma afirmação de Lopes de Oliveira e Vara de Família no Brasil:

“Quando um homem viola a sua esposa, é porque causa de um desejo fútil de posse de sua mulher, ou o fundamento da sua ação é a infidelidade da mulher, ao contrário, afeta a sua honra, comprometendo a estabilidade social. O problema da mulher é mais sério, não só porque é a causa, mas também porque ferem a honra da mulher e a lei mais profundamente. Há também a questão das crianças estranhas dentro do lar.”

matrimoniais com mulheres solteiras ou com escravas e prostitutas" (Araújo, 1993, p. 231). Portanto, se uma mulher comete um crime contra a família ou a cultura (ex.: adultério), acredita-se que ela mereça seu castigo, seja ele violência sexual ou assassinato, e que os homens que cometem adultério estão somente expressando sua masculinidade natural. 2) Embora muito relacionado ao primeiro, a sexualidade feminina é construída para ser subordinada às necessidades do marido. O homem é visto tipicamente como o provedor, aquele que sustenta a família, o representante legal e assim por diante (Americas Watch, 1991; Barker & Lowenstein, 1997). As instituições sociais muitas vezes têm agido de maneira a negar às mulheres o direito de exercer seu poder publicamente.

### **Machismo e o Modelo de Maria (Marianismo)**

Os papéis de gênero condizem com interpretações tradicionais do Brasil como tendo uma cultura machista. Muitos tentaram resumir o machismo como ele aparece no mundo latino. Especialmente em termos do mundo hispânico no hemisfério ocidental, o machismo tem sido descrito como uma norma cultural que engloba todas as características que são verdadeiramente "masculinas". Muitos descreveram o machismo em termos de indiferença a família, distanciamento dos filhos, resistência à adversidades, assédio sexual, capacidade de beber muito, agressividade contra outros homens, dominação em relação às mulheres. De la Cancela (1986) afirma que "o machismo é um conjunto de condutas — construídas, aprendidas, e reforçadas culturalmente — que encerra o conteúdo dos papéis de gênero masculino na sociedade latina" (p. 291). Outros concordam que cada cultura constrói discursos específicos de masculinidade — ideologias masculinas, por fala, por mídia, por música e literatura popular, e por lei (e.g., Foucault, 1978).

No contexto brasileiro, diz-se que o machismo glorifica a hipermasculinidade. Na verdade, o machismo glorifica a virilidade. Pode haver uma certa tensão

submissa aos homens, e que é uma luta constante (Neuhouser, 1989). Pescatello (1973) descreve a cultura brasileira como um "ideal patriarcal" (p. 56). A versão brasileira do mariianismo é similar à descrição da castidade e da dedicação à Virgem Maria (Stevens, 1973) encontrada em países latinos, onde o mariianismo é "extremamente conservador, conservador, extremamente feminilidade, passividade e submissão" (González, 1982, p. 331); o mariianismo é chamado de "síndrome da mulher americana" (Lara-Cantú & Navarro-Arias, 1987, p. 11). Priore (1993) conecta esta construção de gênero colonial, quando a sexualidade da mulher era controlada pela escravidão e pelo "projeto da Metrópole" (p. 26). Estas forças sociais contribuíram para: "o longo processo de submissão da mulher no sentido de torná-la responsável pela família, o casamento e a procriação, na forma da 'mãezinha'" (p. 26). A imagem desta "santa" é a pureza da Virgem Maria — "provada, pura, dedicada e assexuada" (p. 18).

Algumas pessoas desafiaram esta visão tradicional do machismo e do mariianismo, sugerindo alternativas para estereótipos negativos da sexualidade (Garcia, 1982; Sorenson & Siegel, 1992). Elas procuram desvincular o machismo para vinculá-lo a aspectos positivos, como o "cavalheirismo", tais como educação, respeito, estima. Mirandé (1985) filtra os aspectos positivos do machismo, tais como a covardia, a vergonha e a embriaguez, e, ao invés disto, destaca aspectos positivos, como "o orgulho, a dignidade e a tensão". No México, já que ele resistiu ao ataque vicioso econômico, político e cultural" (p. 179). O autor fala que a noção tradicional do machismo é um mito estereotipado, apoiando este mito estatísticas mostrando que decisões nos lares são mais igualitárias do que nos lares de famílias brancas. No Brasil, homens jovens e adolescentes são mais propensos a serem machistas

mulheres fortes e masculinas. Contudo, através de análises comparativas de líderes em outras regiões, ela conclui que a força das mulheres da Paraíba não pode ser considerada causa do índice proporcionalmente alto de líderes sindicais, optando pela proposição de que os papéis destas mulheres como mães, cuidadoras e professoras (em um campo onde poucos homens leem e escrevem bem), ajudou-as a obter poder. As mulheres poderiam estar ocupando as posições de liderança com base em velhas imagens estereotipadas – ou arquetípicas – das mulheres; mas é nestas imagens – mãe, professora – que as mulheres são providas de poder. Os homens cedem a liderança dos aspectos de criação e educação às mulheres. Com o passar do tempo, contudo, o “aprendiz [vem] a tornar-se um mestre” (p.12): as mulheres acabam com mais poder do que os homens haviam proposto.

A manifestação exata do machismo e do mariacionismo no Brasil ainda precisa de mais investigação. Casas, Wagenheim e Mendoza-Romero (1995) sugerem que a pesquisa revela uma similaridade do machismo na maior parte do mundo; por exemplo, até mesmo seus elementos menos picantes, tais como duplo padrão sexual, pode claramente ser visto nas universidades americanas, onde mulheres com múltiplos parceiros masculinos são chamadas de “*sluts*” (prostitutas), enquanto homens com múltiplas parceiras são chamados de “*studs*” (garanhões). Isto é evidenciado por nosso conhecimento pessoal de universidades americanas, nas quais dizem que os homens que retornam de madrugada dos dormitórios femininos estão caminhando na “*walk of fame*” (calçada da fama), enquanto que as mulheres que retornam dos dormitórios masculinos estão caminhando na “*walk of shame*” (calçada da vergonha).

Arrazola e Rocha (1996), em vez de falar em termos de machismo, falam sobre o espaço público e privado no Brasil. O espaço público é “tipicamente masculino”. É “o espaço da produção social”, incluindo educação, trabalho, política e literatura. O lar é tradicionalmente o

mulheres (Pescatello, 1973; S... os papéis de gênero estão mud... a industrialização e urbanização... jovens de classe média tendem a abandonando a idéia de que... subjugar aos homens (Miller,

#### A Complicação nos Papéis

Possivelmente ligadas à indústria formal, também existem diferenças na relação aos papéis de gênero entre setores, tais como urbano/rural e até mesmo entre pessoas de diferentes cursos superiores e aqueles que não fizeram nenhum curso. A “grande transformação” aconteceu entre os homens da classe média, enquanto as mulheres continuaram com o peso da opressão (p. 157). O que é interessante é que trabalhar mais duro do que os homens não significa grandes restrições sobre sua liberdade. Na realidade, o rural tende a ter visões mais liberais sobre o gênero, do que as visões mais limitadas da classe média e, especialmente, dos urbanos. Muitas mulheres entrevistadas sentiam que os homens “têm melhores posições e os privilégios de todos” (p. 112). Algumas perceberam a maior variedade sexual e mais orgulho de si mesmo”, o que se ligava ao fato de que os homens têm uma vida melhor.

Dependendo da classe e da profissão, os homens (1983) acha que alguns homens são mais machistas do que as mulheres. Mas, acima de tudo, os homens acham que em qualquer outro lugar, as mulheres têm mais direitos disponíveis para as mulheres que para os homens, e que aquelas que são oferecidas a elas são mais justas. Isto é evidenciado por análises das palavras usadas no dia-a-dia: uma distinção é feita entre a atividade masculina e a passiva feminina.

no Brasil, como no México, o machão continua a exercitar o poder de sua virilidade com qualquer indivíduo feminino, bicha ou homossexual masculino afeminado (DeSouza, Madrigal & Millan, 1999; Mendes-Leite, 1993). Em outras palavras, desde que o macho mantenha sua atividade (ex.: seja a pessoa ativa ou penetrador, não o penetrado), ele não é visto como um homossexual no Brasil, enquanto que nos Estados Unidos os homens somente são “machos” se suas “conquistas” são mulheres (Parker, 1993).

Diferentes grupos étnicos ou raciais podem também ver os papéis de gênero diferentemente. Muraro (1992) entende que a posição das mulheres negras na favelas é bastante diferente culturalmente do que a das mulheres brancas; as primeiras são menos dependentes dos homens para criar os filhos e são mais sexualmente permissivas do que as últimas. Ao mesmo tempo, Freitas (1996) argumenta que a posição econômica das mulheres negras não mudou muito desde os dias de escravidão; ou seja, as mulheres negras têm menos educação formal e tendem a ter empregos que pagam consideravelmente menos, tais como empregos na indústria ou como empregadas domésticas. Por um lado, devemos ser cuidadosos para não generalizar demais os papéis de gênero dos negros. Hall (1992) sugere que falar sobre grupos étnicos em termos de generalidades esconde a diferença entre segmentos de um grupo. Por outro lado, Muraro (1992) argumenta que o corpo feminino liga todas as mulheres: “Na última instância, que os nossos corpos são a máquina que faz o sistema funcionar, e nossa sexualidade, o seu combustível. E a família, a sua fábrica” (p. 158).

### **Sexualidade e Papéis de Gênero: Estudos Empíricos**

Ultimamente vários estudos empíricos têm examinado as normas culturais dos duplos padrões sexuais. Por exemplo, DeSouza e Hutz (1995) examinaram a relação entre reação emocional a estímulos sexuais e papéis de gênero entre 184 universitários brasileiros. Eles demonstraram que a intensidade da reação emocional

não) e havia aceitado o convite de um homem para o seu apartamento (ou não). DeSouza e Hutz descobriram que os brasileiros, independentemente dos participantes, mostraram maior intenção sexual da parte da personagem em todas as quatro situações. Os autores sugeriram que os brasileiros eram mais estereotipados e conservadores que os americanos.

Em outro estudo comparando respondentes americanos e brasileiros (DeSouza & Hutz, 1995), a resistência ao encontro heterossexual hipotético pode ser dividida em dados dois contextos preliminares: consistente ou inconsistente por parte do corpo feminino com relação aos avanços sexuais. Os respondentes brasileiros inferiam que a resistência inconsistente era um resultado natural, enquanto a resistência consistente, ao contrário que era encontrada entre os respondentes americanos. No Brasil alguns respondentes inferiam que as mulheres fazem-se de difíceis para os homens, chamadas de “fáceis”. Ainda, os brasileiros mostravam menor interesse sexual da parte da mulher do que os americanos. Portanto, de acordo com o padrão cultural, quando um homem faz avanços sexuais, o Brasil não mostra uma resistência forte e consistente, que ela está concordando com a relação.

Estas pesquisas sugerem que o Brasil difere de outros países, como os Estados Unidos. Esta seção visa influenciar relações sociais e a comunicação entre os homens e as mulheres no trabalho. Portanto é provável que o Brasil seja percebido diferentemente no Brasil do que nos Estados Unidos.

Neste momento, um debate controverso no Brasil diz respeito a considerar ou não o assédio sexual como crime.

Nos Estados Unidos, a maioria das políticas e definições legais de assédio sexual é formulada de acordo com as diretrizes da *Equal Employment Opportunity Commission* (EEOC – Comissão para uma Igual Oportunidade de Empregos), a qual define assédio sexual como um *comportamento sexual indesejável*; existem duas formas básicas de tal comportamento: (1) *quid pro quo* e (2) ambiente hostil (EEOC, 1980). A primeira forma refere-se a ofertas de compensações ou ameaças para se obter envolvimento romântico ou sexual, enquanto a última refere-se a atenção sexual indesejada, que cria um ambiente intimidador, ofensivo e hostil (Fitzgerald & Hesson-McInnis, 1989).

Pesquisas mostram que o comportamento que pode ser considerado como o assédio sexual (no mínimo, como formulado na literatura americana) existe no Brasil. Gelfand, Fitzgerald e Drasgow (1995) descobriram que universitários brasileiros e americanos não relataram diferença na real incidência de comportamentos específicos que constituem assédio sexual. Além disto, Pryor e colaboradores (1997) descobriram que 14% dos estudantes brasileiros estudados relataram que tinham “provavelmente” ou “definitivamente” sido assediados sexualmente (comparados com 0% de alemães, 3% de australianos e 5,6% de americanos). Ainda, os brasileiros tendem a ver o assédio sexual (traduzido em inglês como *sexual harassment*) mais em termos de comportamento de sedução que pode ser inócuo, ao passo que americanos, australianos e alemães vêem-no como um abuso de poder, comportamento sexual prejudicial ou discriminação baseada em gênero.

Uma outra pesquisa mostrou importantes diferenças entre universitários brasileiros e americanos que leram uma versão hipotética de um artigo de jornal sobre um professor universitário que foi acusado por uma aluna de assédio sexual (DeSouza, Pryor & Hutz, 1998). Os resultados indicaram que os americanos eram mais propensos a considerar o professor culpado do que os brasileiros.

maneira. Interessante também é notar que o assédio romântico ter diminuído a partir de 1990 nos dois países, principalmente nos Estados Unidos. Isto é problemático porque o assédio sexual pode deixar alunas intimidadas e assustadas por parte de professores ou ex-professores.

Várias perspectivas teóricas explicam a menor incidência de percepção entre os brasileiros. Uma teoria diz que a cultura brasileira vê o assédio sexual como uma forma de sedução típica de homens norte americanos que vêm para o Brasil. Isto é um problema social sério que merece ser investigado (DeSouza e cols., 1998). Por outro lado, uma perspectiva cultural diz que a posição inferior da mulher no Brasil e no trabalho facilita o assédio sexual. A cultura brasileira mantém a dominação do homem sobre a mulher (Hayes, 1997). Como há indicações de que os brasileiros são mais machistas que os norte americanos (DeSouza e cols., 1998; Pryor e cols., 1997), não é surpreendente que os brasileiros vejam assédio sexual como algo normalizado. Isto explica por que o assédio sexual existe no Brasil, ou se existir, que é mais comum do que no exterior, tanto para isto como os norte americanos.

Uma teoria cultural diz que a cultura brasileira é coletivista (ou seja, que encara a pessoa dentro das normas do grupo) ou individualista (que valoriza os direitos e autonomia do indivíduo). Hofstede (1980; Triandis, 1995) argumenta que culturas ligadas ao coletivismo-institucionalizadas têm percentagem de grupos étnicos e religiosos menores que os americanos brancos (de descendência europeia), mas mais individualistas nos Estados Unidos, canadenses, hispânicos, e asiáticos norte-americanos. Uma teoria cultural diz que a cultura brasileira é coletivista (ou seja, que encara a pessoa dentro das normas do grupo) ou individualista (que valoriza os direitos e autonomia do indivíduo). Hofstede (1980; Triandis, 1995) argumenta que culturas ligadas ao coletivismo-institucionalizadas têm percentagem de grupos étnicos e religiosos menores que os americanos brancos (de descendência europeia), mas mais individualistas nos Estados Unidos, canadenses, hispânicos, e asiáticos norte-americanos. Uma teoria cultural diz que a cultura brasileira é coletivista (ou seja, que encara a pessoa dentro das normas do grupo) ou individualista (que valoriza os direitos e autonomia do indivíduo). Hofstede (1980; Triandis, 1995) argumenta que culturas ligadas ao coletivismo-institucionalizadas têm percentagem de grupos étnicos e religiosos menores que os americanos brancos (de descendência europeia), mas mais individualistas nos Estados Unidos, canadenses, hispânicos, e asiáticos norte-americanos. Como o Brasil tem uma população majoritariamente branca, é provável que os Estados Unidos sejam mais coletivistas que o Brasil seja mais coletivista que o Brasil seja mais coletivista. Ligado ao coletivismo, como a família, a comunidade e as interações sociais de braço com braço, é comum. (Gilligan, 1982).

mulheres, é que o Brasil está prestando atenção ao assédio sexual.

Uma outra teoria que pode explicar as diferenças transculturais mencionadas acima é o clima da organização, como uma universidade, ou de uma parte da organização, como um departamento ou classe de aula (Fitzgerald e cols., 1997). Se o clima for tolerante a comportamento sexual, o assédio sexual aumenta. Há indicações que o Brasil é um país altamente sexualizado. Os brasileiros são extremamente gregários e constantemente invadem o espaço pessoal dos outros. Eles gostam de aproximação física. Freqüentemente, tocam-se enquanto falam, ficam próximos a estranhos, abraçam-se e beijam-se quando cumprimentam colegas de trabalho e conhecidos, da mesma maneira que amigos. Tanto homens como mulheres brasileiras são mais livres ou abertos, sexualmente, nas suas conversas, como na mídia (Luft, 1995; Schreiberg, 1995), do que nos Estados Unidos. Se o clima no trabalho é sexualizado e é tolerado pelo chefe, ou se o próprio chefe de trabalho se comporta sexualmente com os seu empregados, as pessoas se sentem sem poder para fazer queixas ou para deter possíveis abusos, e os assediadores se sentem livres para assediar sem medo de punição.

É necessário que se explore mais a fundo as conotações e consequências do que é considerado assédio sexual entre as diversas culturas. Além disto, o assédio sexual é multifacetado, com interações complexas com fatores históricos, políticos, legais e sócio-psicológicos. Uma base teórica unidimensional é, no mínimo, limitada (ex. psicologia centrada na cultura americana).

### **Conclusão**

No decorrer deste artigo, tem sido impossível separar gênero de raça e classe. Isto assemelha-se a experiência das mulheres nos Estados Unidos, como exemplificado pelo argumento de West e Fenstermacher (1997) que “nenhuma pessoa pode conhecer gênero sem já ter pensado em raça e classe” (p. 68). O

comparados com 0,7% em 1993, enquanto os ricos 47,1%, comparado com 49% (U.S. Department of State, 1997). Com a política de assédio sexual no ambiente de trabalho, as condições de trabalho estão melhorando (ibid.). Contudo problemas sérios ainda persistem, evidenciando a criação de um grupo interestadual presidido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, para combater o que ele reconheceu publicamente como um sério problema brasileiro de racismo e de gênero (U.S. Department of State, 1997).

O que pode se dizer nesta análise é que a participação das mulheres está fazendo progressos, mas muitas vezes comedidos, em várias esferas da sociedade. A questão mostra, ao mesmo tempo, avanços e estagnação, funcionamento sob tensão. Luta para mover adiante, mas é detida por outras forças que a retêm. Vê-se, nestas áreas de atividade social, que os esforços de estagnação são atados a uma ideologia de mulher como mãe, cuidadora e ser protegida e guardada. Como se tivessem fossem do mesmo painel, em cada aspecto da mesma imagem—o modelo de Maria. Isto é uma perspectiva holográfica, no qual cada parte contém a totalidade do todo (Hecht & Baldwin, 1998). Ao mesmo tempo, por ver todos retratos juntos podemos perceber a complexidade e claridade completa do tema (ou homem) no Brasil.

A perspectiva holográfica (Hecht & Baldwin, 1998) sugere que uma intolerância particular, que terá um certo sabor da mesma intolerância em outros lugares e em tempos. Pois, provavelmente, a intolerância entre o gênero no Brasil e em outras culturas é resultado de um tempo, por causa da articulação diferente entre gênero e raça e classe. Pode-se ver que as diferenças entre gênero e raça e classe não são sempre as mesmas do que entre gênero e classe. As preocupações com gênero e raça e classe não são uma grande questão para as mulheres negras, mas sim para as mulheres brancas.

achará pelo modelo de Maria, num jeito completamente brasileiro, ou se, por fim, teremos que avançar além do modelo, descobrindo novos arquétipos para a mulher brasileira do futuro.

## Referências

- Alvarez, S. E. (1989). Politicizing gender and engendering democracy. Em S. Stepan (Org.), *Democratizing Brazil: Problems of transition and consolidation* (pp. 205-251). New York: Oxford University Press.
- Alvarez, S. E. (1990). *Engendering democracy in Brazil: Women's movements in transition politics*. Princeton: Princeton University Press.
- Americas Watch. (1991). *Criminal injustice: Violence against women in Brazil*. Human Rights Watch: New York.
- Arrazola, L. D. & Rocha, I. (1996). Mulher, natureza, cultura: Apontamentos para um debate. Em G. Rabay (Org.), *Mulheres e sociedade* (pp. 45-55). João Pessoa: UFPB/Editora Universitária.
- Araújo, E. (1993). *O teatro dos vícios: Transgressão e transgênero na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Baca Zinn, M. (1982). Chicano men and masculinity. *Journal of Ethnic Studies*, 10, 20-44.
- Barker, G. & Loewenstein, I. (1997). Where the boys are: Attitudes related to masculinity, fatherhood, and violence toward women among low-income adolescents and young adult males in Rio de Janeiro, Brazil. *Youth & Society*, 29, 166-196.
- Berquo, E. (1989). *The demographic effects of contraception—the decline in fertility. When the patient is a woman*. Brasília, DF: National Council of Women's Rights—Ministry of Justice.
- Boff, L. (1992). *Church: Charism & power. Liberation Theology and the institutional church*. New York: Crossroad.
- Brooke, J. (1982, 02 de Janeiro). Feminism in foreign lands: Two perspectives: Macho killing in Brazil spurs protests. *Boston Globe*, A23-24.
- Burns, E. B. (1993). *A history of Brazil* (3<sup>rd</sup> ed.). New York: Columbia University Press.
- Casas, J. M., Wagenheim, R. B. & Mendoza-Romero, J. (1995). Hispanic masculinity: Myth or psychological schema meriting clinical consideration. Em A. M. Padilla (Org.), *Hispanic psychology: Critical issues in theory and research* (pp. 231-244). Thousand Oaks: Sage.
- Conniff, M. L. & McCann, F. D. (1989). Epilogue. Em M. L. Conniff & F. D. McCann (Orgs.), *Modern Brazil: Elites and masses in historical perspective* (pp. 265-280). Lincoln: University of Nebraska.
- da Costa, E. V. (1985). *The Brazilian empire: Myths and histories*. Chicago: University of Chicago Press.
- da Matta, R. (1979). *Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Del Priore, M. (1993). *Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- DeSouza, F. R. (1998). Comportamento humano numa vila global: Uma Equal Employment Opportunity Commission discrimination because of sex. (Sex. 74677.
- Fitzgerald, L. F., Drasgow, F. Hulin, C. L. Antecedents and consequences of A test of an integrated model. *Journal of Fitzgerald, L. F. & Hesson-McInnis, M. harassment: A structural analysis*. 326.
- Flight (1995). Flight to the cities: Brazil machismo and new urban violence.
- Foucault, M. (1978). *The history of sexual Press.*
- Freitas, M. G. M. (1996). Identidade feminina: Uma construção marcada pela necessidade. Em G. Rabay (Org.), *Mulheres e sociedade*. Editora Universitária.
- Garcia-Preto, N. (1982). Puerto Rican female Pearce & J. Giordano (Orgs.), *Ethnicity and gender*. New York: Guilford Press.
- Gelfand, M. J., Fitzgerald, L. F. & Drasgow, F. L. (1995). The effects of sexual harassment: A confirmatory study. *Journal of Vocational Behavior*, 46, 321-339.
- González, A. (1982). Sex-roles of the two parison of Chicano and Anglo students. *Cultural Psychology*, 13, 330-339.
- Graham, R. (1990). *Patronage and politics in Brazil, 1850-1940*. Durham: Duke University Press.
- Hahn, J. E. (1990). *Emancipating the female in Brazil, 1850-1940*. Durham: Duke University Press.
- Hall, M. H. & Garcia, M. A. (1989). Urban McCann (Orgs.), *Modern Brazil: Elites and masses in historical perspective* (pp. 161-191). Lincoln: University of Nebraska Press.
- Hall, S. (1992). New ethnicities. Em J. L. D. McCann (Orgs.), *Modern Brazil: Elites and masses in historical perspective* (pp. 252-259). London: Routledge.
- Hecht, M. L. & Baldwin, J. R. (1998). Latin American women and the struggle against prejudice. Em M. L. Hecht (Org.), *Latin American women and the struggle against prejudice*. Thousand Oaks: Sage.
- Hofstede, G. (1980). *Culture's consequences*. Beverly Hills: Sage.
- IBGE. (1984). *Censos demográficos e PNAD 1980*. Brasília: IBGE.
- Lara-Cantú, M. A. & Navarro-Arias, R. (1992). The effect of sex role items on college students in response to other sex role items. *Journal of Cross-cultural Psychology*, 22, 261-271.
- Larch, P. B. (1982). An explanation of the Umbanda cults of Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- Levine, R. M. (1989). Elite perceptions of sex roles. Em M. G. M. Freitas (Org.), *Mulheres e sociedade*. Editora Universitária.

- Miller, C. (1979). The function of middle-class extended family networks in Brazilian urban society. Em M. Margolis & W. Carter (Orgs.), *Brazilian Anthropological perspectives* (pp. 305-316). New York: Columbia University Press.
- Mirandé, A. (1985). *The Chicano experience: An alternative perspective*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press.
- Muraro R. M. (1983). *Sexualidade da mulher brasileira: Corpo e classe social no Brasil* (2<sup>a</sup> ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Muraro, R. M. (1992). *A mulher no terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Nelson, S. (1996). Constructing and negotiating gender in women's police stations in Brazil. *Latin American Perspectives*, 88, 131-148.
- Neto, M. M. (1996). Relações de poder e violência contra a mulher. Em G. Rabay (Org.), *Mulheres e sociedade* (pp. 45-55). João Pessoa: UFPB/Editora Universitária.
- Neuhouser, K. (1989). Sources of women's power and status among the urban poor in contemporary Brazil. *Signs*, 14, 685-702.
- Parker, R. G. (1988). "Within four walls": The cultural construction of sexual meanings in contemporary Brazil. Tese de Doutorado não publicada, University of California, Berkeley, Califórnia, EUA.
- Parker, R. G. (1993). "Within four walls": Brazilian sexual culture and HIV/AIDS. Em H. Daniel & R. Parker (Orgs.), *Sexuality, politics and AIDS in Brazil: In another world?* (pp. 65-84). London: Falmer.
- Patai, D. (1991). Introduction [to Women and the New Brazilian Constitution]. *Feminist Studies*, 17, 551-556.
- Pescatello, A. (1973). The *brasileira*: Images and realities in writings of Machado de Assis and Jorge Amado. Em A. Pescatello (Org.), *Female and male in Latin America: Essays* (pp. 29-58). Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Pryor, J. B., DeSouza, E. R., Fitness, J., Hutz, C., Kumpf, M., Lubbert, K., Pesonen, O. & Erber, M. W. (1997). Gender differences in the interpretation of social-sexual behavior: A cross-cultural perspective on sexual harassment. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 28, 509-534.
- Rabay, G. (1996). Mulher e participação política na Paraíba. Em G. Rabay (Org.), *Mulheres e sociedade* (pp. 203-212). João Pessoa: UFPB/Editora Universitária.
- Reid, P. T. (1993). Poor women in psychological research: Shut up and shout out. *Psychology of Women Quarterly*, 17, 133-150.
- Santana, J. S. S. (1996). A creche como elemento contributivo para inserção da mulher no mercado de trabalho. Em G. Rabay (Org.), *Mulheres e sociedade* (pp. 45-55). João Pessoa: UFPB/Editora Universitária.
- Schreiber, D. (1995, 09 de Outubro). Samba warning: Raunchy provoke backlash. *Newsweek*, 52.
- Sgarbieri, A. N. (1997, Maio). "Women -The great change discourse about women in the workplace and in the press". Conferência Internacional IV na Língua Portuguesa, Ottawa, Canadá.
- Sorenson, S. B. & Siegel, J. M. (1992). Gender, ethnicity and class: Findings from a Los Angeles study. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 11, 112-128.
- Stevens, E. (1973). Machismo and marianismo. *Social Problems*, 20, 11-20.
- Tangri, S. S. & Hayes, S. M. (1997). Theories of sexism. In J. O'Donohue (Org.), *Sexual harassment: Theory, research and intervention* (pp. 112-128). Needham Heights, MA: Allyn & Bacon.
- Thomas, D. Q. & Beasley, M. E. (1993). Domestic violence: The rights issue. *Human Rights Quarterly*, 15, 36-62.
- Topik, S. (1989). The Old Republic. Em M. L. Chasteen & S. Topik (Orgs.), *Modern Brazil: Elites and masses in historical perspective*. Lincoln: University of Nebraska.
- Triandis, H. C. (1995). *Individualism and collectivism*. Newbury Park: Sage Press.
- UNICEF. (1990). *Situação mundial da infância*. Brasília: UNICEF.
- U.S. Department of State. (1997). *Brazil Country Report on Human Practices for 1996*. Washington, DC: Bureau of Democracy, Freedom, and Labor.
- Vandello, J. A. & Cohen, D. (1999). Patterns of individualism across the United States. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 279-292.
- van den Berghe, P. L. (1967). *Race and racism: A comparative study*. New York: John Wiley.
- Verucci, F. (1991). Women and the new Brazilian studies. *Journal of Latin American Studies*, 23, 557-568.
- West, C. & Fenstermacher, S. (1997). Doing difference: Women, men and gender: Ongoing debates (pp. 1-12). New Haven: Yale University Press.
- World's women. (1995). *World's women*. New York: United Nations.